

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I | Disposições Gerais

Cláusula 1.^a | Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de “REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE VILA DO CONDE”, em conformidade com as especificações técnicas constantes do presente Caderno de Encargos concretamente, na sua parte II – Cláusulas Técnicas - que contém as características, especificações e requisitos técnicos que deverão ser observados pelo adjudicatário no âmbito da presente prestação de serviços.

Cláusula 2.^a | Contrato

- 1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 3.^a | Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

CAPÍTULO II | Obrigações Contratuais

Secção I | Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I | Disposições Gerais

Cláusula 4.^a | Obrigações principais do prestador de serviços

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou no Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação principal de elaborar a Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Conde, nos termos da legislação aplicável e de acordo com as condições técnicas constantes do presente Caderno de Encargos, concretamente, na sua parte II – Cláusulas Técnicas - que contém as características, especificações e requisitos técnicos que deverão ser observados no âmbito da presente prestação de serviços.

2 – A título acessório, o prestador de serviços fica obrigado a recorrer a todos os meios, designadamente humanos, materiais e informáticos, que sejam necessários e adequados à prestação do serviço.

Cláusula 5.^a | Prazo da prestação do serviço

1 – O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos na Parte II (cláusulas técnicas) do presente Caderno de Encargos, no prazo de 180 dias, a contar da data de celebração do contrato, de acordo com o seguinte faseamento e nas seguintes datas:

- a) Fase I: Elaboração dos Termos de Referência: até 30 dias, após a data de celebração do contrato;
- b) Fase II: Entrega da Revisão do PMEPC de Vila do Conde no Serviço Municipal de Proteção Civil de Vila do Conde: até 150 dias, após a data da entrega da Fase I;
- c) Fase III: Aprovação do PMEPC de Vila do Conde pela Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC);
- d) Fase IV: Aprovação do PMEPC de Vila do Conde pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

2 - Os prazos previstos nas fases I e II podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento, devidamente fundamentado, do prestador de serviços.



Cláusula 6ª | Forma de prestação do serviço

- 1 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, sempre que alguma das partes julgar necessário, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Vila do Conde, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
- 2 – As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita, devendo a entidade que convoca elaborar a agenda prévia para cada reunião.
- 3 – O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Município de Vila do Conde, um relatório escrito sempre que haja qualquer ocorrência, com descrição detalhada do sucedido e se possível sugestão de possível solução com vista a evitar que volte a suceder.
- 4 – No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
- 5 – Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Subsecção II | Dever de sigilo

Cláusula 7.ª | Objeto do dever de sigilo

- 1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Vila do Conde, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª | Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II | Obrigações do Município de Vila do Conde

Cláusula 9.^a | Preço base e Preço contratual

1 – Para efeitos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, o preço base é de **40.000,00 € (quarenta mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila do Conde deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Vila do Conde, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou intelectual.

Cláusula 10.^a | Condições de pagamento

1 – As quantias devidas pelo Município de Vila do Conde, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias, após a receção pelo Município de Vila do Conde das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, nos seguintes termos:

- 15% - Com a apresentação dos Termos de Referência.
- 65% - Com a entrega da Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Conde – PMEPC.
- 10% - Com a aprovação do PMEPC pela Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC).

- 10% - Com a aprovação do PMEPC pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

2 – Em caso de discordância por parte do Município de Vila do Conde, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 – Desde que devidamente emitida, a fatura será paga através de transferência bancária.

CAPÍTULO III | Penalidades contratuais e Resolução

Cláusula 11.^a | Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila do Conde pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento de qualquer obrigação, até 5 % do preço contratual, incluindo o I.V.A..

2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Vila do Conde pode exigir-lhe o pagamento de uma pena pecuniária até 10 % do montante total do contrato, incluindo o I.V.A..

3 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do nº 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila do Conde tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 – O Município de Vila do Conde pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila do Conde exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.^a | Resolução por parte do Município de Vila do Conde

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Vila do Conde pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma

grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso na conclusão dos serviços.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 13ª | Resolução por parte do prestador de serviços

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 dias ou o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros.

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 – Nos casos previstos na alínea a) do nº 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vila do Conde, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 14ª | Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueio internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.



3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada e justificada à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecimento da situação.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CAPÍTULO IV | Seguros

Cláusula 15.^a | Seguros

1 – É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:

a) Responsabilidade civil;

b) Acidentes de trabalho.

2 – O Município de Vila do Conde pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de quatro dias úteis.

CAPÍTULO V | Resolução de litígios

Cláusula 16.^a | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI | Disposições finais

Cláusula 17.^a | Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.^a | Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a | Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.^a | Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Capítulo I

Características, Especificações e Requisitos Técnicos

Cláusula 1^a | Objeto

1 – Pretende-se adquirir serviço de atualização do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de VILA DO CONDE (PMEPCVC), que deve ser um documento no qual as autoridades de proteção civil, nos seus diversos níveis, definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil.

2 – O PMEPCVC dever-se-á enquadrar legalmente pelo disposto na Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, que a republicou), na Lei que define o Enquadramento Institucional e Operacional da Proteção Civil no Âmbito Municipal (Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro) e no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro, e n.º 72/2013, de 31 de maio, que o republicou) e nos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil (Resolução N.º 30/20015, de 7 de Maio, da Comissão Nacional de Proteção Civil).

Cláusula 2^a | Características, Especificações e Requisitos Técnicos

1 – O prestador de serviços deve realizar os estudos e preparar os documentos necessários para que se possa atingir o objetivo principal, ou seja a "Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de VILA DO CONDE", nomeadamente:

- a) Proceder à revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município de VILA DO CONDE de acordo com as disposições legais em matéria do regime legal sobre Proteção Civil;



- b) Elaborar um documento formal no qual as autoridades de Proteção Civil, nos seus diferentes níveis, definam as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção civil;
- c) Antecipar os cenários suscetíveis de desencadear uma situação de emergência, definindo, de modo inequívoco, a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência;
- d) Promover uma eficaz gestão de uma situação de emergência de Proteção Civil através de um bom planeamento e ter por base um plano de emergência simples, flexível, dinâmico, preciso e adequado às características locais. Por outro lado, o seu conteúdo não pode assumir-se como irrevogável: as constantes mudanças sociais, geográficas, técnicas, logísticas e mesmo operacionais terão de ser constantemente refletidas no documento, numa lógica de melhoria contínua, pelo que os elementos produzidos poderão ser imediatamente utilizados pelos Sistemas de Informação Geográfica do Município;
- e) Estruturar a reposição da normalidade das áreas afetadas, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as pessoas, bens e o ambiente.

2– A elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, adiante designado por PMEPC, enquanto documento de orientação da atividade de Proteção Civil no Município é uma iniciativa absolutamente estratégica e fundamental.

3– O PMEPC do Município de VILA DO CONDE deverá ser um documento participado e partilhado pelo que se procurará obter a colaboração e contribuição de várias entidades com voz na matéria.

4– O PMEPC deverá ser um documento flexível, dinâmico e de fácil consulta que identifique claramente as situações de risco e que aponte um conjunto de soluções de emergência a partir dos meios e recursos de base local.

5 – Na elaboração do referido PMEPC, o prestador de serviços deverá respeitar integralmente o estipulado na legislação em vigor aplicável, particularmente, a Resolução nº30/2015, de 7 de Maio.

6– O PMEPC deverá cumprir ainda as diretrizes do “Manual de Apoio à Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil” editado pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

7– Deverá ainda ser fornecida uma edição do PMEPC em formato digital para assegurar a sua fácil distribuição a todos os agentes, organismos e entidades envolvidas.

8 – O prestador de serviços deverá acompanhar todo o processo de aprovação e publicação, desde a fase de consulta pública até à publicação em Diário da República, da deliberação da aprovação do Plano de Emergência pela respetiva entidade competente.

9 – Na elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil deverão ser considerados todos os seguintes diplomas, e outros que se julgar imprescindíveis:

- a) Resolução nº 30/2015, de 7 de Maio – Diretiva relativa aos Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil e que revoga a Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº25/2008 de 18 de Julho.
- b) Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro – Define o enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil no âmbito municipal. Estabelece a organização dos serviços municipais de Proteção Civil e determina as competências do Comandante Operacional Municipal.
- c) Decreto-Lei nº 134/2006, de 25 de Julho – Define o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)
- d) Lei nº 80/2015, de 3 Agosto – Procede à segunda alteração à Lei nº 27/2006, de 3 de Julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil.

10 – Dever-se-á ter ainda em consideração o estipulado nos seguintes documentos:

- a) Cadernos Técnicos PROCIV:
 - a.1) CADERNO TÉCNICO nº3 – Manual de Apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil.
 - a.2) CADERNO TÉCNICO nº 6 – Manual para a Elaboração, Revisão e Análise de Planos Municipais de Ordenamento do Território na Vertente da Proteção Civil.
 - a.3) CADERNO TÉCNICO nº 9 – Guia para a Caracterização de Risco no âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Proteção Civil.
 - a.4) CADERNO TÉCNICO nº 10 – Organizações, Sistemas e Instrumentos Internacionais de Proteção Civil.
 - a.5) CADERNO TÉCNICO nº 11 – Guia para a Elaboração de Planos Prévios de Intervenção – Conceito e Organização.
 - a.6) Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal.



11- A estrutura do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil deve ser dividida em três partes de acordo com a Resolução nº 30/2015, de 7 de Maio:

- Parte I – Enquadramento;
- Parte II – Execução;
- Parte III – Inventários, Modelos e Listagens.

12 – A Parte I do Plano de Emergência de Proteção Civil deverá ter como objetivo realizar uma apresentação geral do documento, estabelecendo nomeadamente:

- a) A designação do diretor do plano e seus substitutos;
- b) A finalidade do plano e os objetivos específicos a que pretende responder;
- c) A tipificação dos riscos que incidem na respetiva área territorial;
- d) Os mecanismos e circunstâncias justificativas para ativação/desativação do plano.

13 – A Parte II do Plano de Emergência de Proteção Civil deverá ter como objetivo definir o modelo de resposta operacional a acidentes graves ou catástrofes, estabelecendo nomeadamente:

- a) A organização geral das operações de proteção civil a efetuar, incluindo a composição e competências das estruturas de direção política, de coordenação política e institucional e de comando operacional;
- b) A definição das responsabilidades dos serviços e agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio, tanto na resposta imediata a um acidente grave ou catástrofe, como na recuperação a curto prazo;
- c) A estrutura dos meios operacionais a empregar em operações de proteção civil e a definição de critérios relativos à sua mobilização e coordenação;
- d) A identificação e a descrição das características das Infraestruturas consideradas sensíveis e/ou indispensáveis às operações de proteção civil;
- e) A definição dos mecanismos adequados para assegurar a notificação à autoridade de proteção civil territorialmente competente, aos serviços e agentes de proteção civil e aos organismos e entidades de apoio;
- f) A definição de medidas e ações a desencadear em cada uma das áreas de intervenção básicas da organização geral das operações.

14 – A Parte III do Plano de Emergência de Proteção Civil deverá ter como objetivo apresentar um conjunto de documentação de apoio à resposta operacional, estabelecendo nomeadamente:

- a) A identificação dos principais recursos (públicos e privados) existentes;
- b) A identificação dos contactos das entidades intervenientes no plano ou que possam apoiar as operações de proteção civil;
- c) Os modelos de relatórios de situação, requisições e comunicados a empregar em operações de proteção civil.

15 – O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil deverá apresentar ainda, em anexo:

- a) A cartografia de suporte às operações de emergência de proteção civil, de base topográfica, à escala de representação mais adequada;
- b) Um programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia da manutenção da operacionalidade do plano.

16 – O índice do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil deverá respeitar a seguinte nomenclatura:

Lista de acrónimos

Referências legislativas

Registo de atualizações e exercícios

Parte I – Enquadramento

- 1. Introdução
- 2. Finalidade e objetivos
- 3. Tipificação dos riscos
- 4. Critérios para ativação do PMEPC

Parte II – Execução

- 1. Estruturas
- 2. Responsabilidades
- 3. Organização
 - 3.1 - Infraestruturas de relevância operacional
 - 3.2 - Zonas de Intervenção
 - 3.3 - Mobilização e coordenação de meios
 - 3.4 - Notificação operacional



4. Áreas de Intervenção

- 4.1 - Gestão administrativa e financeira
- 4.2 - Reconhecimento e avaliação
- 4.3 - Logística
- 4.4 - Comunicações
- 4.5 - Informação pública
- 4.6 - Confinamento e/ou evacuação
- 4.7 - Manutenção da ordem pública
- 4.8 - Serviços médicos e transporte de vítimas
- 4.9 - Socorro e salvamento
- 4.10 - Serviços mortuários

Parte III – Inventários, Modelos e Listagens

- 1. Inventário de meios e recursos
- 2. Lista de contactos
- 3. Modelos
- 4. Lista de distribuição.

Anexos.

Vila do Conde, 29/03/2021

A Presidente da Câmara Municipal

Elisa Ferraz, Dr.^a